

Contribuições filosóficas e pedagógicas de Platão para a Pedagogia da essência

Flávia Valéria Araújo de Aguiar¹ Neide de Almeida Lança Galvão Favaro²
Priscila Semzezem³

Resumo

Contexto: A teoria platônica está articulada à concepção educativa que integra o ser, o conhecer e o agir, exercendo influências na história e na educação humanas. **Objetivo:** Este estudo tem o objetivo de analisar as contribuições filosóficas e pedagógicas de Platão (427-347 a.C.) na obra A República, relacionando-as com a pedagogia da essência. **Justificativa:** Embora tenha sido elaborada em um contexto histórico distinto, o entendimento de sua pedagogia nos aspectos filosóficos e pedagógicos lança luzes para problematizar a educação utilitarista vigente e seus objetivos. **Metodologia:** O estudo é bibliográfico e de caráter qualitativo, amparado na base teórica e metodológica do materialismo histórico. Para apreender as contribuições do filósofo, retoma-se o período histórico que ele vivenciou e produziu suas obras, desvelando fatores que o influenciaram. **Resultados:** Mediante um período de crise na sociedade escravista, o autor traçou um amplo projeto social e educacional, racional e idealista, fundado em elementos epistemológicos e ético-políticos. **Considerações Finais:** Ele fundamentou as bases para a pedagogia da essência, ao conceituar o homem e preconizar a necessidade de conduzi-lo à sua verdadeira essência, o que seria auxiliado pela educação.

Palavras-chave: História da Educação; Platão; Pedagogia da Essência.

Philosophical and pedagogical contributions by Plato to the Pedagogy of essence

Abstract

Context: Theory by Plato is linked to the educational conception that integrates being, knowing and acting, exerting influences on human history and education. **Objective:** This paper aims to analyze the philosophical and pedagogical contributions by Plato (427-347 BC) in the work The Republic, relating them to the pedagogy of essence. **Justification:** Although it was developed in a different historical context, understanding its pedagogy in philosophical and pedagogical aspects sheds light on the problematization of current utilitarian education and its objectives. **Methodology:** This is a bibliographical and qualitative study, supported by the theoretical and methodological basis of historical materialism. To understand the philosopher's contributions, we revisit the historical period in which he lived and produced his works, revealing factors that influenced him. **Results:** During a period of crisis in slave society, the author outlined a broad social and educational project, rational and idealistic, based on epistemological and ethical-political elements. **Final Considerations:** He laid the foundations for the pedagogy of essence by conceptualizing man and advocating the need to lead him to his true essence, which would be aided by education.

Keywords: History of education; Plato; Pedagogy of Essence.

¹ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paraná, Brasil. E-mail: flavia_s.p.f.c@hotmail.com

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil. E-mail: neidegafa@hotmail.com

³ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paraná, Brasil. E-mail: priscilasemzezem@hotmail.com

Aportaciones filosóficas y pedagógicas de Platón a la Pedagogía de la esencia

Resumen

Contexto: La teoría platónica está vinculada a la concepción educativa que integra ser, conocer y actuar, ejerciendo influencias en la historia y la educación humana. **Objetivo:** Este trabajo tiene el objetivo de analizar las aportaciones filosóficas y pedagógicas de Platón (427-347 a.C.) en la obra *La República*, relacionándolas con la pedagogía de la esencia. **Justificación:** Aunque se desarrolló en un contexto histórico diferente, la comprensión de su pedagogía en aspectos filosóficos y pedagógicos arroja luz sobre la problematización de la educación utilitarista actual y sus objetivos. **Metodología:** El estudio es de carácter bibliográfico y cualitativo, sostenido en la base teórica y metodológica del materialismo histórico. Para comprender los aportes del filósofo, revisamos el período histórico en el que vivió y produjo sus obras, revelando factores que lo influenciaron. **Resultados:** En un período de crisis de la sociedad esclavista, el autor esbozó un amplio proyecto social y educativo, racional e idealista, basado en elementos epistemológicos y ético-políticos. **Consideraciones Finales:** El autor sentó las bases de la pedagogía de la esencia, al conceptualizar al hombre y propugnar la necesidad de conducir a su verdadera esencia, a lo que contribuiría la educación.

Palabras clave: Historia de la Educación; Platón; Pedagogía de la Esencia.

INTRODUÇÃO

A História da Educação possibilita conhecer avanços e mudanças significativas que ocorreram no desenvolvimento do campo educacional, pois distintas teorias respondem a questões de seu tempo, originando princípios pedagógicos, métodos de ensino e de aprendizagem variados, bem como aguerridas polêmicas. Os princípios filosóficos são o ponto de partida para as análises que pretendem desvelar a educação e seus objetivos.

Sob essa perspectiva, Suchodolski (2002) evidencia que as inúmeras concepções pedagógicas contemporâneas se remetem, em suas bases filosóficas, a duas pedagogias: as da essência e as da existência. Nos limites desta pesquisa, optou-se por privilegiar a compreensão de questões filosóficas e pedagógicas que fundamentaram a pedagogia da essência, o que se considera essencial para a educação por possibilitar uma análise conceituada das concepções existentes, ao explicitar as bases dos distintos processos de ensino e de aprendizagem.

Este estudo soma-se às contribuições que buscam o entendimento das bases filosóficas das propostas pedagógicas ligadas à pedagogia da essência, que se inspirou originalmente na produção desenvolvida por Platão (427-347 a. C). Com esse intuito, o objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições filosóficas e pedagógicas de Platão (427-347 a.C.) na obra *A República*, relacionando-as com a pedagogia da essência.

Esleu-se como foco a sua obra clássica *A república*, pois ela traz abordagens sobre temas filosóficos, ético-políticos e sociais, o que possibilita a compreensão de suas concepções, inclusive educacionais. O filósofo buscava conhecer a realidade que vivia e concebia que ela deveria ser modificada, estabelecendo sua visão idealista e racionalista de ser e de mundo. Espera-se que este estudo possa contribuir com elementos para fundamentar a problematização da educação utilitarista vigente e seus objetivos.

METODOLOGIA

A análise caracteriza-se como qualitativa e de natureza bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico. A partir dessa perspectiva, busca-se resgatar o contexto histórico no qual Platão viveu, bem como influências que moldaram o desenvolvimento de seu pensamento, sua filosofia de vida e sua proposta pedagógica, sobretudo no âmbito educacional. Ao tomar a pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) a caracteriza por ser “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Logo, o autor apresenta que a vantagem da pesquisa bibliográfica é permitir ao pesquisador envolver uma gama de fenômenos muito mais ampla, para além daquela que poderia pesquisar diretamente. Já a “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa” (Gil, 2002, p. 45). Para o autor, a pesquisa bibliográfica tende a apresentar uma série de vantagens por ser uma fonte rica de dados, não exigindo contato com os sujeitos da pesquisa.

O aporte teórico e metodológico do materialismo histórico faz-se necessário, pois entende-se que os pressupostos do método de Marx (1818-1883) consistem em:

[...] investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançam sua forma atual através de alterações de componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (Marconi; Lakatos, 2010, p. 89).

A presente investigação foi estruturada em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção a seguir discute a biografia do autor e o contexto histórico da Grécia nos séculos V e IV a.C., com o objetivo de evidenciar características políticas, sociais e econômicas de seu tempo, bem como desafios enfrentados por Platão. Em seguida, analisam-se seu pensamento e suas propostas educacionais, permitindo, ao final, identificar a pedagogia da essência e as influências de suas ideias em seu tempo. Concebe-se que sua concepção pedagógica pode lançar luzes para a problematização da educação contemporânea.

A BIOGRAFIA DE PLATÃO E OS PROBLEMAS DE SEU TEMPO

Platão nasceu provavelmente no ano 427 a.C., em Atenas, na Grécia, e morreu em 347 a.C. (Luckesi; Passos, 2000). Pertencia a uma das mais nobres famílias de Atenas, e como todo aristocrata de sua época, usufruiu de uma ampla educação: estudou leitura e escrita, música, pintura, poesia e ginástica; era excelente atleta e participou de jogos olímpicos como lutador. Seu nome verdadeiro era Arístocles, mas recebeu o apelido de *Platão*, que em grego significa *ombros largos*. Por tradição de família, Platão desejava dedicar-se à vida pública e fazer uma brilhante carreira política, como descreveu em uma de suas muitas cartas.

Ele entrou para a história como filósofo grego da antiguidade clássica e é considerado um dos principais pensadores da História da Filosofia. Foi discípulo do filósofo Sócrates (470-399 a.C.)⁴, de quem recebeu profundas influências. Grande parte dos escritos de Platão são marcados por diálogos socráticos. Suas principais obras são: *Apologia de Sócrates*, *Críton*, *Fédon*, *Teeteto*, *Sofista*, *Político*, *Parmênides*, *Banquete*, *Fedro*, *Laques*, *Lísias*, *Protágoras*, *Górgias*, *Mênon*, *Hípias (maior)*, *A república*, *Crítias* e *Leis*. Inspirado por Sócrates, teceu profundas reflexões e constituiu o primeiro sistema filosófico ocidental.

Retomou suas meditações filosóficas, ampliou-as e aprofundou-as e deu forma a um complexo sistema de idéias [sic], ou seja, formulou uma compreensão orgânica e ordenada do conjunto de todas as possíveis experiências humanas vividas naquele momento, seja do ponto de vista individual ou coletivo. No ocidente, pode ser considerado, sem dúvida, o primeiro pensador a configurar um sistema filosófico. Platão foi um filósofo sistemático, que abordou os três grandes temas da filosofia: o ser, o conhecer e o agir; o que quer dizer que tratou das questões dos princípios constitutivos das coisas, das questões do conhecimento verdadeiro e das questões do agir individual e político dos seres humanos em sociedade (Luckesi; Passos, 2000, p. 134).

O entendimento dos conceitos platônicos demanda resgatar o período histórico em que ele viveu, bem como os acontecimentos com os quais se deparou. Durante os séculos V e IV a.C., embora Atenas estivesse no seu auge, destacando-se economicamente, a cidade grega também vivia um período crítico. Transitava por diversos conflitos que marcaram sua história, com embates políticos, guerras e a decadência da democracia ateniense.

Estudos dos autores Andery, Micheletto e Sérgio (2003) apresentam as principais fontes de economia da Atenas clássica, durante os séculos V e IV a.C., que eram voltadas essencialmente às atividades agrícolas. Isso causava a ambição dos cidadãos por conquistas de terras, a fim de cultivar e difundir o setor agrícola e avançar cada vez mais na economia. Outra fonte de riqueza naquele momento era o comércio. “Atenas é, no século V (e continuará a sê-lo no século IV), a cidade grega mais desenvolvida do ponto de vista econômico, verdadeiro centro comercial de toda a bacia oriental do Mediterrâneo” (Andery; Micheletto; Sérgio, 2003, p. 110). Apesar disso, entretanto, o que destacava a economia de Atenas e do período escravista era a agricultura.

⁴ Sócrates (470-399 a.C.) foi um filósofo ateniense no período clássico da antiga Grécia e é considerado um divisor de águas para a filosofia. Sua filosofia era voltada a conhecer a si próprio, ou seja, defendia que a verdade estaria dentro de cada sujeito. Suas influências foram continuadas por seus discípulos: Antístenes (445-354 a.C.), Aristipo (435-356 a.C.), Euclides (435-365 a.C.), Platão (427-347 a.C.) e Xenofonte (431-354 a.C.). Sócrates destacou-se por desenvolver dois métodos: a ironia e a maiêutica. Utilizou a ironia contra os sofistas, pois na sua filosofia, eles defendiam a ideia do relativismo, e quem argumentasse melhor conseguiria fazer prevalecer a *sua* verdade. Sócrates fazia oposições a essa filosofia, afirmando que os sofistas eram oportunistas e que era importante chegar no conceito das coisas; a verdade só seria alcançada por intermédio dos conceitos. Para alcançar o conhecimento, Sócrates desenvolveu um método, fragmentado em três partes. Primeiro a ironia, momento em que o mestre finge desconhecer a temática para que o indivíduo apresente seus argumentos. Depois a refutação, momento em que o mestre, após saber os argumentos do interlocutor, aponta os erros que ele apresentou referentes à temática. Por fim, a maiêutica, que significa *parteira* em grego, momento em que o sujeito, após se deparar com o embate incitado por seu mestre, começa um processo de *parir a ideia* certa. Assim, o mestre “[...] insensivelmente afasta todo erro [sic] das respostas que lhe dão e leva os ouvintes a descobrir a verdade por si. Pode-se considerar Sócrates o fundador do método analítico, porque os processos por ele [sic] usados não são mais do que aplicações deste [sic] método” (Riboulet, 1951, p. 106). Platão acompanhou todo o processo de julgamento de Sócrates, que foi perseguido e sentenciado à morte.

A economia era baseada numa política de importação de alimentos, matérias-primas e escravos e numa política de exportação de vinho, azeite e cerâmica. Em Atenas, também eram fundamentais à economia a produção de prata e as contribuições compulsórias pagas, por outras cidades gregas, pela sua proteção (Andery; Micheletto; Sério, 2003, p. 57-58).

No aspecto político, Austin e Vidal-Naquet (1972) destacam que, na época da Atenas clássica, especialmente no século V a.C., não eram mais os deuses nem tampouco os reis quem decidiam, pois predominava a participação dos cidadãos na tomada de decisões, com o sistema democrático assegurando direitos. Essa forma supostamente permitia que todos participassem das decisões, mas o direito de ter voz ativa na vida pública era extremamente restrito, já que nem todos tinham a condição política de cidadãos.

A distinção e a restrição entre homens livres e escravos era nítida, além de os direitos serem vetados para os estrangeiros, escravos e mulheres, predominando valores específicos para participar da vida política. Até o momento da lei de Péricles (451-450 a.C.), para o indivíduo ser considerado cidadão de Atenas, era necessário ter o pai ateniense. Para que houvesse aprimoramento na democracia, nesse período, somente as crianças nascidas de dois pais cidadãos eram consideradas atenienses (Marcondes, 2007).

A sociedade de Atenas era subdividida em três grupos sociais: os cidadãos, os metecos e os escravos. Os metecos eram homens livres, alguns gregos e outros não, que residiam em Atenas ou na Grécia. Eles eram sujeitos a várias obrigações, como o pagamento de impostos, e se não cumprissem essa exigência, poderiam ser vendidos como escravos. Tinham, portanto, que fazer o pagamento para obter o direito à comercialização na ágora⁵, o que os tornava inferiores aos cidadãos, excluindo-os da participação democrática.

Se estes encargos não eram particularmente onerosos, o estatuto de meteco sofria evidentemente graves restrições, comparado com o do cidadão. O meteco não tinha qualquer direito político: não podia tomar parte na assembleia nem no conselho, nem ocupar magistratura. Não existia nenhum processo automático de naturalização, nenhuma epigamia com os cidadãos nem, por conseguinte, nenhuma esperança, para um meteco, (salvo privilégio especial), de aceder ao estatuto de cidadão (Austin; Vidal-Naquet, 1972, p. 103).

Xenofonte (430-355 a.C.), em seu tratado referente aos rendimentos, defendia a venda da maior quantidade possível de metecos para Atenas, a fim de realizar suas atividades. Mesmo assim, isso não lhes dava direitos políticos e nem permitia a posse de grandes propriedades, somente poderiam se destacar no artesanato e no comércio. Austin e Vidal-Naquet (1972, p. 99) asseveram que “Xenofonte aprova que os metecos possuam uma fracção do solo da cidade, mas não lhe passaria pela cabeça permitir-lhes adquirir terras de cultura”. Havia, por conseguinte, muita limitação sobre os metecos, e obter e ser proprietário de ter-

⁵ A ágora na Atenas clássica era a denominação do espaço público onde havia discussões, debates, assembleias, votações, entre outros. Era um lugar de importância social, já que ali se constituía a democracia ateniense.

ras era um dos fatores que diferenciava o cidadão do não cidadão, já que se tratava da maior riqueza do período.

Esse privilégio, por conseguinte, era restrito:

[...] o cidadão queria ser proprietário rural, e a sua qualidade de cidadão servia-lhe de título para o direito à propriedade fundiária. Como a propriedade fundiária era o único domínio em que existia uma verdadeira distinção econômica entre cidadão e não cidadãos, será sobre a terra que incidirão as reivindicações econômicas dos cidadãos: já o vimos para a época arcaica, vê-lo-emos de novo no século IV (Austin; Vidal-Naquet, 1972, p. 100).

Na análise de Orlovski e Jabur (2013), a escravidão apresentava-se como realidade de vida para os gregos: o trabalho escravo era predominante e os escravos não possuíam qualquer tipo de participação política.

A civilização grega antiga viveu sob o sistema que os estudiosos marxistas denominaram de ‘modo de produção escravista’, ou seja, o sistema econômico e a organização social se apoiaram sobre o trabalho escravo. Na prática, isso significava que os cidadãos, proprietários da terra, não precisavam trabalhar. Para isso existia a mão-de-obra escrava, sempre disponível (Orlovski; Jabur, 2013, p. 33).

Os escravos podiam atuar em várias atividades, mas sob domínio de seus senhores. “É preciso, claro, considerar à parte algumas exclusões evidentes: os escravos não tinham qualquer poder político [...]” (Austin; Vidal-Naquet, 1972, p. 105). Naquela estrutura social, portanto, os escravos não atuavam na democracia, somente os atenienses apresentavam-se em assembleias e votavam. Como a democracia também não considerava a participação de mulheres e crianças, isso resultava em uma ínfima parcela da população exercendo esse direito.

No período clássico, Atenas vivenciou profundos acontecimentos. Arruda (1996) destacou que ela havia se tornado predominante entre as demais cidades, conquistando sua hegemonia e alcançando sua sublimidade durante o governo de Péricles (495-429 a.C.), mas isso trouxe adversários, sendo um deles a cidade grega de Esparta. Um dos acontecimentos marcantes foi a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), causada pelo embate entre Atenas e Esparta, influenciada pelos conflitos com a cidade de Corinto.

A primeira parte da Guerra do Peloponeso durou 10 anos. Os espartanos e seus aliados invadiram a península da Ática, enquanto os defensores de Atenas, comandados por Péricles, abrigavam-se ao longo dos seus extensos muros. Ao mesmo tempo, a frota ateniense atacava nas costas do Peloponeso. A população camponesa da Ática refugiou-se em Atenas aglomerando-se em locais sem condições de higiene (Arruda, 1996, p. 160).

Outros conflitos sucederam e, ao final, Atenas começou a entrar em declínio, agravando sua crise interna, o que, conseqüentemente, causou o fim de seu império. Foi em meio aos conflitos do período que a democracia demonstrava estar em crise, gerando ques-

tionamentos. “As relações políticas existentes na democracia decadente refletem um estado de coisas que deve ser abandonado, superado, transformado” (Marcondes, 2007, p. 53).

Havia, então, muita corrupção nas assembleias. A participação política dos cidadãos ocorria perante uma sociedade desigual, como a escravista, restando sérias restrições à utilidade real da democracia para o bem comum. Nesse sentido, pode-se afirmar que

[...] o regime democrático não é um regime justo segundo a metafísica platônica, consequentemente não é um regime capaz de proporcionar a felicidade dos indivíduos sob sua égide. Havendo divisão entre ricos e pobres, os desejos individuais sobrepondo-se aos da coletividade, o modelo democrático promove um meio infeliz e desarmônico de agrupamento popular. Se só é possível conceber de maneira intrínseca ‘justiça, educação e felicidade’, no governo em que o povo é senhor, tais mudanças mutuamente suprimem-se. Não se pode pensar em uma comunidade democrática feliz, porque não há comunidade democrática justa; a felicidade de uma comunidade democrática é impensável, porque aí não há educação e, por conseguinte, não há justiça (Agostini, 2008 *apud* Orlovski; Jabur, 2013, p. 35).

De acordo com Ferreira (2010), a análise acerca da participação dos sofistas e suas relações com o processo democrático demonstram que seus ensinamentos eram considerados insuficientes para a formação de uma *pólis* democrática. Eles propuseram um ideal de currículo e estudos pautado na oratória e na retórica. Concebiam que, ao seguir aquele currículo, seus alunos obteriam êxito em suas comunicações, adquirindo bons argumentos para se posicionarem na vida cotidiana e nas assembleias.

“Há, portanto, uma *paideia*, um ensinamento, uma formação pela qual os sofistas foram responsáveis, consistindo basicamente numa determinada forma de preparação do cidadão para a participação na vida política” (Marcondes, 2007, p. 42). Esse tipo de ensino era restrito, destinados apenas para quem era considerado cidadão na Antiga Grécia.

A partir dos mecanismos sociais analisados, Platão propôs não somente um novo modelo de sociedade para Atenas, mas também outro direcionamento educacional, com a finalidade de abolir o existente, pois concebia que, assim, não se edificava uma sociedade justa, já que cada um defendia seus próprios interesses. Ele descartou o método discursivo utilizado pelos sofistas, porque compõe somente a lógica, e atribuiu críticas específicas aos seus criadores, por serem professores que se debruçavam totalmente no ensino da retórica, enfatizando o ensinar a falar bem em público diante de debates, assembleias ou ocupações políticas. Para Platão, na educação dos sofistas existia apenas aparência, pois só atendiam a interesses particulares.

O seu ensino, essencialmente pragmático, fornecia aos jovens discípulos as técnicas de argumentação e persuasão indispensáveis para se poderem impor na vida cotidiana, nos tribunais e na Assembleia. Mas, devido ao alto custo das lições, o acesso a esse ensino ficava restringido às classes sociais mais elevadas, em especial à aristocracia. Curioso paradoxo: os sofistas trazem a Atenas o tipo de educação necessária a um Estado democrático, mas a sua clientela reduz-se aos jovens provenientes dos meios mais abastados. Contribuem assim para acentuar o desequilíbrio social, já que

colocavam nas mãos dos que possuíam mais recursos económicos uma técnica que lhes permitia persuadir e consequentemente dominar o dêmos (Ferreira, 2010, p. 38).

Além da educação oferecida pelos sofistas, havia uma educação geral clássica, aristocrata, que era embasada no saber dos antigos poetas. A educação das crianças, durante os primeiros sete anos de idade, era de responsabilidade da família. Luzuriaga (1984, p. 38) indicou que “a educação da mulher era especialmente cuidada, mas em vista da função de mãe”.

Na educação intelectual e moral de Atenas, o menino, desde cedo, aprendia poesias e contos para que obtivesse um coração voltado à virtude. O contato direto com os contos e as fábulas tinha como intencionalidade que o aluno se atentasse para as verdades morais, corrigindo costumes e tornando-se praticante de bons hábitos. Se a lição dos pais não fosse suficiente, a repreensão era feita com castigos físicos.

Na educação elementar, que era o primeiro estágio da escolaridade, dedicavam-se à leitura e à escrita. O menino ateniense frequentava a escola a partir dos sete anos, juntamente com o pedagogo. Naquele período, era atribuída essa função a um velho escravo que sofresse de invalidez. O pedagogo acompanhava o menino em todos os percursos, nas suas idas e vindas até a escola, formando-o nas boas maneiras e o conservando-o das más companhias. A educação abrangia várias atividades.

O aluno divide o tempo entre palestra e o didascáleo. Fica na palestra (*palé*, luta) quase metade do dia. Nesta instituição, os alunos são classificados em grupos conforme a idade. Antes do exercício, são untados com óleo pelos aliptas ou massagistas. O pedotriba preside aos exercícios corporais e o sofronista exerce a vigilância moral. Sob sua direção, os jovens gregos se entregam aos exercícios do pentatlo: luta, corrida, salto, arremesso de disco e de dardo (Riboulet, 1951, p. 91-92).

O *didascáleo* era a escola de gramática, e nela o aluno aprendia a leitura pelo modo de soletração, a escrita e os componentes do cálculo. A partir de então, passava a se dedicar aos estudos sobre os poetas, fábulas de Esopo, passagens de Homero e Hesíodo, entre outros. A educação moral e religiosa era voltada à formação ética e das virtudes. A preparação física também fazia parte dessa educação, pois pretendiam formar os alunos por completo. “Concebiam a educação como o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades, o qual devia dar ao jovem ateniense a beleza da forma, a penetração da inteligência e a nobreza de coração” (Riboulet, 1951, p. 99-100).

Após a conclusão do ensino elementar, os meninos que eram pobres saíam da escola, mas tinham como dever se preparar para exercer um aprendizado obrigatório. O filho que não tivesse passado por esse ensino profissional era isento de cuidar do seu pai na sua velhice, e o pai que fosse descuidado recebia uma punição. Os meninos ricos permaneciam estudando, conhecendo também músicas, danças e algumas ciências que, aos poucos, foram predominando nas escolas atenienses: aritmética, geometria e desenhos.

A partir do VII até o V século a.C., é possível afirmar que se esboçaram os primeiros traços da educação secundária. Os filósofos gregos iniciaram escolas nas principais cidades da Grécia, e tinham o objetivo de explicar os conceitos de cada coisa. Sendo assim, aos poucos, desenvolveram atividades científicas e filosóficas, que contribuíram para o progresso da matemática e astronomia, além de iniciarem o estudo da geometria nas escolas. Por volta do ano de 350 a.C., os ensinamentos primário e secundário foram desarticulados. “O programa dos estudos secundários compreendia gramática, literatura, estudo dos poetas, desenho, geografia, geometria e música” (Riboulet, 1951, p. 95).

Acredita-se que a organização do ensino superior iniciou em meados do século V a.C., e as causas que levaram a isso foram os numerosos jovens mais abastados que começaram a se interessar pelas questões científicas. As comunicações com os países estrangeiros colaboravam para que esse processo se tornasse mais fácil. Destaca-se, então, o ideal educacional defendido pelos filósofos, que tinha uma perspectiva completa. O ensino superior dedicou-se à filosofia, à retórica, à eloquência, à política, à matemática, às ciências, à astronomia e à música. Vale ressaltar que filosofia, retórica, eloquência e política eram caracterizadas como os estudos primordiais e indispensáveis no ensino superior.

Além disso, a extensão e a importância das transações comerciais, além do governo da vida pública, exigiam, naquela época, uma preparação mais especial, para a qual as escolas de filosofia não eram suficientes. Sócrates foi um dos que melhor compreendeu o caráter dos estudos superiores. “Segundo ele [sic], a educação devia ser: prática, oposta a sutilezas; racional, visar sobretudo à formação das faculdades; extensa, não preparando somente para uma profissão, mas dando cultura geral” (Riboulet, 1951, p. 95-96).

Perante essa condição social e educacional, Platão posicionou-se e elaborou seu sistema filosófico. Sua proposta educativa é produto da visão de homem e de mundo que adotava mediante essa realidade, por isso é imprescindível apreendê-la.

A FILOSOFIA E AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE PLATÃO

O filósofo grego lançou-se ao desafio de entender o mundo a partir do que concebia ser sua verdadeira essência, desenvolvendo uma concepção filosófica particular. Um dos conceitos marcantes na concepção de Platão era a visão dualista, que abrangia o mundo das aparências e o mundo inteligível. “Platão supunha a existência de dois mundos: o mundo das idéias [sic], entendidas como invisíveis, eternas, incorporáveis, mas reais, e o mundo das coisas sensíveis, o mundo dos objetos e dos corpos” (Andery; Micheletto; Sério, 2003, p. 69).

Sua filosofia é baseada na teoria de que o mundo que percebemos com nossos sentidos é ilusório, confuso, porque mutável. O mundo espiritual é mais elevado, eterno, pois lá

residem verdadeiramente as ideias, que apenas a razão pode conhecer. Para o filósofo, o *ser* estaria no mundo das ideias, em que se situam as essências das coisas.

Na questão epistemológica, Marcondes (2007) salienta que, ao defender a existência de dois mundos, Platão também distinguia dois tipos de conhecimentos. Considerava haver um primeiro conhecimento, baseado em opiniões e denominado *doxa*, um nome grego atribuído ao conhecimento comum, imperfeito, que não permitia atingir o mundo da essência verdadeira.

Do ponto de vista da atitude do homem comum, e para o seu dia-a-dia [*sic*], talvez esse tipo de contato com a realidade natural seja suficiente, mas não constitui propriamente conhecimento, exceto se o entendermos em um grau muito inferior. Trata-se do domínio de opinião (*doxa*), que se forma de modo impreciso e parcial (Marcondes, 2007, p. 61).

Na concepção platônica, o *ser* e o conhecimento verdadeiros estavam no mundo das ideias, pois no mundo real, a mudança revelava que tudo era aparência. “O homem verdadeiro, como ele o diz, está no mundo das idéias, [*sic*] em uma realidade para além da realidade presente. A viagem existencial consiste em descortinar tudo o que atrapalha esse homem para que seja atingida a idealidade das coisas, inclusive de si mesmo” (Guidini; Martins, 2009, p. 3).

Nesse sentido, vale salientar, conforme Platão (1999) afirmava, que era preciso ser disciplinado para essa transição de um mundo para o outro, a fim de buscar um conhecimento além da *doxa*, um conhecimento filosófico, verdadeiro, denominado *episteme*. Diferenciava, assim, o mundo visível do inteligível, e isso afetava sua compreensão da ação e do conhecimento humanos.

Quanto a mim, a minha opinião é esta: no mundo inteligível, a idéia [*sic*] do bem é a última a ser apreendida, e com dificuldade, mas não se pode apreendê-la sem que ela é a causa de tudo o que de reto e belo existe em todas as coisas; no mundo visível, ela engendrou a luz e o soberano da luz; no mundo inteligível, é que ela é soberana e dispensa a verdade e a inteligência; e é preciso vê-la para se comportar com sabedoria na vida particular e na vida pública (Platão, 1999, p. 228).

Seu objetivo era garantir uma educação racional, de base idealista, para que o indivíduo chegasse à descoberta da sua verdadeira pátria, a *real*, que a seu ver, era a ideal. A partir da concepção dualista de mundo, Platão (1999) defende sua proposta educacional para a sociedade ateniense, cujos princípios são identificáveis na *alegoria* ou *mito* da caverna.

Na obra *A República*, ele cria um diálogo em que Sócrates pede para que Glauco imaginasse um grupo de prisioneiros que, desde o seu nascimento, estariam acorrentados dentro de uma caverna. A única visão que eles possuíam era da parede dos fundos da caverna, que era iluminada por uma fogueira. Sócrates também dizia que, no exterior da caverna, havia uma estrada onde pessoas e animais transitavam livremente. Sendo assim, suas som-

bras causavam reflexos na parede da caverna, e essas sombras transmitidas eram vistas pelos prisioneiros.

Com o decorrer do tempo, os prisioneiros passaram a compreender essas sombras como o mundo real, como seres reais e livres. Um dos prisioneiros teria escapado e saído da caverna para o mundo exterior. Lentamente seus olhos adequaram-se à luz do sol, mas de início, ele só conseguia ver os reflexos das sombras. Aos poucos, esse indivíduo conseguiu ver as sombras e, sucessivamente, enxergar os reflexos das coisas em si. “Terá, creio eu, necessidade de se habituar a ver os objetos da região superior. Começará por distinguir mais facilmente as sombras; em seguida, as imagens dos homens e dos outros objetos que se refletem nas águas; por último, os próprios objetos” (Platão, 1999, p. 227).

Por intermédio do uso da *luz* das ideias, utilizando a razão, ele estabeleceu uma relação da alegoria da caverna com o processo educativo. Brito e Cardoso (2019) afirmam que Platão propôs, nessa metáfora, a articulação entre os dois tipos de conhecimento, a educação e a necessidade de superação da ignorância dos seres humanos, que ficam sem conhecer a *luz do mundo real*. Trazendo para o âmbito educacional, o professor precisaria orientar o processo do conhecimento para o aluno, para que ele consiga acessar a episteme, a verdade, saindo da sua ignorância e se desprendendo das *correntes*. O caminho para acessar o conhecimento verdadeiro depende da razão, do intelecto do aluno, da superação do senso comum, caracterizando o *processo de ensino e aprendizagem platônico* defendido no mito da caverna.

Nele, a imaginação faz com que se confrontem dois momentos. O primeiro remete a um grupo de homens acorrentados, presos na caverna, deparando-se apenas com sombras. O segundo é o de um indivíduo que foi liberto do grupo de cativos, e livre, deparando-se com a luz. Essas duas figurações possibilitam a relação com os dois tipos de conhecimento para Platão, sendo eles o sensitivo e o intelectual. O conhecimento sensitivo é aquele de dentro da caverna, imperfeito, que é adquirido por meio da captação das sensações. Já o conhecimento intelectual é aquele comparado a estar do lado externo da caverna, e para conhecê-lo, é necessário o intermédio da razão. “Assim, duas formas de conhecimentos, sentidos e razão” (Brito; Cardoso, 2019, p. 272).

Salienta-se a originalidade da visão dualista de mundo de Platão, bem como sua concepção epistemológica dual, fundadas na herança filosófica anterior. Nesse sentido, para Brito e Cardoso (2019, p. 272-273),

Essa ideia de separar os ‘campos’ de conhecimentos em físico e mundo não físico é uma novidade na teoria de conhecimento de Platão em relação aos pensadores anteriores. Os Pré-Socráticos já haviam começado a elaborar alguns apontamentos sobre o conhecimento que aqui se chamará de metafísico. Pode-se destacar a posição de Anaximandro quando propõe a teoria do ápeiron. Ápeiron é o elemento que não pode ser experienciado, que não pode ser conhecido em sua totalidade, pois é um

elemento desconhecido para os sentidos uma vez que o *Ápeiron* não está na ordem do conhecimento sensitivo, mas sim no campo do conhecimento racional.

Conforme Luckesi e Passos (2000), sua filosofia procurava explicar como ocorria a relação do homem com o mundo inteligível. Entendia que todos teriam habitado o mundo das essências, ideal, mas haviam passado por um rio do esquecimento ao irem para o mundo sensível. Isso permitia a possibilidade de haver uma lembrança daquilo que o sujeito já viveu, pois estaria na sua alma. Esse processo é definido como a *teoria da reminiscência* de Platão, segundo a qual a verdade existente no mundo inteligível estaria na própria alma do indivíduo, antes mesmo do seu próprio nascimento.

Autores como Araújo e Bastos Filho (2004) discutem a teoria da reminiscência articulando-a com o trabalho pedagógico. Essa relação ocorreria quando o aluno se depara com determinado conteúdo proposto, e nesse processo, ele se questiona, levanta indagações da sua alma, conseqüentemente recupera e resgata o conhecimento que estaria nele próprio. Salienta-se que o indivíduo, ao se deparar com o questionamento, não vai precisar formular um novo conhecimento, o que é considerado uma teoria inatista, pois defende que há um conhecimento prévio existente na alma do indivíduo, antes mesmo da encarnação do seu corpo. Como destacam Araújo e Bastos Filho (2004, p. 354-355),

Para Sócrates e Platão é necessário então que se faça um questionamento dialético para que a pessoa que se encontre nesse estado de torpor cognitivo decorrente do mundo sensível desperte dessa sonolência: dever-se-á dirigir a essa pessoa perguntas de tal modo que se observe rigorosamente o lema: nada ensinar, só perguntar. É necessário que esse interrogatório seja tal que desperte no interrogado o advento da contradição. Ele se sentirá motivado, ao ser ajudado pelo processo catalisador das perguntas, mas não do ensinamento, deparando-se com o desafio de superar contradições para que, enfim, possa contemplar a solução verdadeira, a qual ele já possuía antes mesmo de nascer, e que agora, através do método maiêutico purificador, passa então a se recordar. Daí o nome de teoria da reminiscência, pois não se trata, segundo Sócrates e Platão, de aquisição de conhecimento novo e sim de recordação do conhecimento inato e até mesmo pré-inato. No parecer desses seminais autores, o conhecimento de uma pessoa existe antes mesmo de seu nascimento.

A teoria do conhecimento inato exerceu grande influência teórica na história da filosofia e da educação. Na concepção de Platão (1999), cabia ao filósofo atingir a maior proximidade possível em relação à verdade, o que acreditava ser impossível em sua completude. A formação do filósofo, por conseguinte, seria o resultado de um complexo e longo sistema educativo, iniciado na infância.

A educação deveria ser baseada no desenvolvimento de algumas ciências, pois elas teriam o poder de conduzir à verdade, afastando-se desse mundo empírico. A primeira delas seria a ciência dos Números e dos Cálculos: nenhuma arte e nenhuma ciência poderiam passar sem ela. A matemática é a ciência exata de que dois mais dois não pode ser mais ou menos quatro, por isso promove o afastamento das aparências e faz com que se use o raciocínio, a abstração, a razão. Para ele, não deve ser com a intenção de se dedicar aos

interesses práticos e cotidianos da vida concreta, mas para atingir a verdade das essências. Ela deve ocorrer

[...] não de modo superficial, mas até chegarem à contemplação da natureza dos números pela pura inteligência; e a se dedicar a esta ciência não por interesse das vendas e das compras, como os negociantes e mercadores, mas da guerra, e para facilitar a ascensão da alma do mundo da geração para a verdade da essência. (Platão, 1999, p. 238).

Conforme defendido pelo filósofo, também há a ciência da Geometria, que é responsável por atrair a alma para a verdade, elevando para o alto os olhares que indevidamente são baixados para as coisas deste mundo, pois ela trabalha com as proporções.

Platão dava grande valor à geometria como preparação para a filosofia, caminho para o raciocínio puramente abstrato que é o do filósofo, por isso teria mandado gravar na entrada da Academia os famosos dizeres: ‘Não passe destes portões quem não tiver estudado geometria’. Entretanto, a geometria – e as ciências matemáticas em geral – depende, para suas demonstrações, de hipóteses para o que visa demonstrar (Marcondes, 2007, p. 61).

A Astronomia tinha importância visível. “Parece-me evidente para toda a gente que ela força a alma a olhar para o alto e dessa maneira a passar das coisas deste mundo às coisas do céu” (Platão, 1999, p. 242). Entretanto, sua importância ia muito além, ao possibilitar que o sujeito compreendesse os movimentos celestes em suas relações, fazendo com que a abstração conduzisse o espírito humano para longe do mundo sensível.

Nesse processo, os alunos eram observados e selecionados para prosseguirem ou não. Aos 20 (vinte) anos, os *escolhidos* por sua capacidade estudariam as ciências articuladas, para verificar quem teria a capacidade de síntese, além de praticarem a guerra e outros trabalhos prescritos na lei.

Andery, Micheletto e Sérgio (2003) realçam o estudo culminante do processo formativo: a Dialética. Ela faria parte do mundo inteligível, pois não dependia de nenhum sentido, mas ocorria por meio da razão para alcançar a essência de cada coisa, permitindo o alcance da verdade. A Dialética, portanto, era a única que se elevava, destruindo hipóteses até chegar ao próprio princípio para estabelecer, com solidez, as suas conclusões. Ela era a conclusão suprema dos estudos, e não havia outra acima dela.

A dialética ensina a ‘perguntar e responder cientificamente’ de forma que se é capaz de discernir a idéia [*sic*], separá-las das demais e delimitá-la. Para isso o diálogo era empregado de maneira positiva – isso é, com o objetivo de se obter uma resposta – em que cada passo deveria ser justificado e validado. Era, portanto, pelo diálogo que se penetrava a essência, a idéia [*sic*]. Na dialética, assim, além de se partir de um princípio e de se chegar a uma afirmação verdadeira, procedia-se por passos, numa discussão em que se submeteria à fiscalização e se fiscalizava todo o percurso do conhecimento, de forma que ele era, finalmente, trazido à tona pelo sujeito do conhecimento (Andery; Micheletto; Sérgio, 2003, p. 76).

A Dialética, todavia, não seria apresentada aos jovens, a fim de evitar que abusassem dela e desacreditassem a filosofia. Só aos 30 (trinta) anos aqueles que se empenhassem nessas atividades e tivessem índole disciplinada e firme teriam o privilégio de prestigiar experiências superiores, com a Dialética, sendo conduzidos à verdade por estarem libertos dos impulsos dos sentidos. Teriam, então, esse estudo por cerca de 05 (cinco) anos, e depois, os selecionados *desceriam à caverna*, atuando em ações militares e todos os trabalhos adequados às demais pessoas, o que duraria por volta de 15 (quinze) anos.

A continuidade do processo educativo era para poucos e completava-se na idade adulta, quando então estariam aptos à Filosofia. Aos 50 (cinquenta) anos, após passar por essa experiência empírica e seguirem firmes e perseverantes no seu modo de agir, nas suas ações e no conhecimento das ciências, os que conseguissem seriam conduzidos ao estágio mais elevado de sua alma, ao *ser superior*. “Então quando estiverem vislumbrando o bem em si mesmo, usá-lo-ão como um modelo para organizar a cidade, os particulares e a sua própria pessoa, cada um por sua vez, pelo resto da sua vida” (Platão, 1999, p. 255).

Coerente com os princípios educacionais da sua época, ele visava à formação integral do homem. “Foi Platão que deu na antiguidade, a mais bela definição da educação: ‘A boa educação’, diz ele, é a que dá ao corpo e à alma toda a beleza e toda a perfeição de que são capazes” (Riboulet, 1951, p. 100).

É importante esclarecer que Platão não condenava o uso da retórica, feito pelos sofistas, mas a falta de ética com que ela era aplicada. Considerava que os sofistas ensinavam apenas elementos para esse mundo sensível, diante de uma realidade superficial, que estava sempre em movimento. Isso a caracterizava como inferior e ilusória. Por isso Platão concebia que as grandes discussões sociais vão além de solucioná-las por intermédio de escritos ou discursos, que eram insuficientes. Segundo Paviani (2008), isso requeria um elemento superior, no caso, o conhecimento da alma, o conhecimento da essência do real.

É mais provável que Platão em suas restrições à escrita, tenha declarado que não desejava que certos aspectos da apresentação de seu pensamento tivessem sido definidos como pensamentos verdadeiramente seus. Apesar de ter escrito muitos diálogos, Platão afirma que a oralidade é a maneira mais adequada de expressar o próprio pensamento. Afinal, na perspectiva platônica, a compreensão da alma é muito mais decisiva para chegar à verdade do que o simples entendimento da escrita (Paviani, 2008, p. 20).

Seus princípios filosóficos e pedagógicos deixaram fortes influências na cultura humana e na educação, que precisam ser entendidos devido à sua manutenção para fundamentar teorias pedagógicas e até para problematizar a educação sob muitos aspectos, com as devidas mediações decorrentes das respectivas conjunturas históricas tratadas.

A PEDAGOGIA DA ESSÊNCIA E AS INFLUÊNCIAS EDUCACIONAIS DE PLATÃO

O pensador polonês Suchodolski (2002) preconiza que o aspecto pedagógico de suas contribuições deixou marcas profundas, pois a proposta pedagógica de Platão sustentou a pedagogia da essência, que se iniciou naquele período escravista. Como já visto, o filósofo buscou ver tudo que é próprio do ser humano, e usou a educação para auxiliá-lo a tornar-se digno e justo. A pedagogia de Platão, por intermédio da educação, visava a conduzir o homem à essência verdadeira que concebia existir, desviando-o da corrupção e impulsos da vida comum. Seu conceito de educação expressa a tarefa imposta aos educadores, pois a considera:

[...] a arte que propõe este objetivo, a conversão da alma, a que procura os meios mais fáceis e mais eficazes de o conseguir. Não consiste em dar visão ao órgão da alma, visto que já a tem; mas, como ele está mal orientado e não olha para onde deveria; ela esforça-se por encaminhá-lo na boa direção (Platão, 1999, p. 229).

Como visto, na obra *A República*, ele traçou um minucioso percurso educativo para os cidadãos, projetando práticas e estudos variados, desde a infância até a velhice. Na infância, fase mais propícia para aprender, estudariam aritmética, geometria, astronomia e demais ciências, que preparariam para a dialética. Também teriam ginástica, de dois a três anos apenas, devendo ser observados os que se destacavam.

Um dado a salientar é que os estudos científicos deveriam ser conduzidos sem constrangimentos ou autoritarismo, pois ao contrário dos exercícios físicos, que mesmo que fossem impostos não prejudicariam o corpo da criança, os científicos deviam despertar o interesse do estudante. Em suas palavras, “[...] as lições que se fazem entrar à força na alma nela não permanecerão” (Platão, 1999, p. 251).

Para não ensinar em vão, avisava ao professor: “[...] não uses de violência para educar as crianças, mas age de modo que aprendam brincando, pois assim poderás perceber mais facilmente as tendências naturais de cada uma” (Platão, 1999, p. 251). É possível constatar que o lúdico na educação já se fazia presente na proposta educacional platônica, revelando um elemento que até hoje é amplamente discutido e defendido na educação como forma de promover uma aprendizagem mais eficaz.

Outro aspecto a salientar é que havia uma seleção por capacidades e que poucos atingiriam a educação completa, tornando-se filósofos. Coerente com as características e o contexto de sua época, ele já previa que poucos atingiriam conhecimentos superiores. Esse plano educativo tinha intuito formativo e político, já que a pessoa ideal para governar a cidade seria o filósofo, por ter alcançado o verdadeiro conhecimento. Ao traçar o percurso completo do ensino das ciências, esse homem teria se dedicado aos estudos da filosofia e à

formação moral, que educava na virtude e na ética. Consequentemente, ele não iria visar a seus próprios interesses⁶, mas à harmonia de toda a sociedade e o bem comum.

Frente ao exposto, esse ideal mais amplo da concepção pedagógica platônica, pautado na necessidade de afastamento do mundo sensível, corruptível, pois ligado aos prazeres e impulsos do corpo, foi largamente disseminado na história da educação a partir de distintas tendências e correntes pedagógicas, que se fundamentaram na importância do conhecimento moral, intelectual e cultural para o aperfeiçoamento do indivíduo, sobrepondo-o ao conhecimento cotidiano e utilitarista.

A fim de situar uma de suas influências, salienta-se, aqui, o cristianismo, que realçou a ideia dual de mundo: o da corrupção da alma, humano, e o mundo da verdadeira felicidade, divino. A pedagogia da essência foi assim desenvolvida por outros filósofos, como Agostinho de Hipona (354-430)⁷, que se baseou na filosofia platônica para elaborar uma nova concepção de mundo e de educação.

O cristianismo proposto por Agostinho segue o pensamento platônico, adaptando-o ao corpo teórico e ético cristão. Na pedagogia cristã, o homem deve buscar tudo o que o aproxima de Deus e fugir das coisas terrenas, reforçando os dois mundos distintos, a cidade dos homens e o mundo de Deus. “A verdadeira educação cumpre ligar o homem a sua verdadeira pátria, a pátria celeste, e destruir ao mesmo tempo tudo o que prende o homem a sua existência terrena” (Suchodolski, 2002, p. 14). Desse modo, a teoria platônica permaneceu no cristianismo com diferentes desdobramentos.

Ao cristianismo que se segue, cabe o desenvolvimento das idéias [*sic*] platônicas, atribuindo agora o sentido não mais às idéias [*sic*] abstratas, mas sim ao Deus cristão, o Deus que confere vida, existência e sentido ao conhecimento humano. Primeiramente teorizado por Agostinho, tal concepção perpassa os primeiros séculos da era cristã, atingindo a Idade Média e vinculando um saber milenar a uma concepção deísta de conhecimento unicamente vinculada ao Deus não mais dos filósofos, mas sim dos teólogos. A educação é aqui compreendida como o processo do conhecimento parcial que atinge o seu sentido na medida em que conduz o homem à sua pátria celeste, a pátria verdadeira onde habita o divino e eterno (Guidini; Martins, 2009, p. 04).

⁶ A educação dos filósofos faria “desprezarem as honras que ora procuram, considerando-as indignas de um homem livre e desprovidas de todo valor, fizerem maior caso do dever e das honras, que são na verdade sua recompensa e, considerando a justiça como o mais importante e mais necessário, servindo-a e trabalhando para a sua prosperidade [...]” (Platão, 1999, p. 256).

⁷ Agostinho de Hipona (354-430) viveu no século IV d.C. e nasceu em Tangaste, que se situava na África. Foi considerado um dos filósofos e teólogos mais importantes nos séculos iniciais do cristianismo. A ele foi atribuído, também, o encargo do maior nome da Patrística, sendo ela a escola dos padres, movimento filosófico. Ele sofreu influências do maniqueísmo, e depois, do neoplatonismo de Plotino, concepção de base platônica. Agostinho de Hipona cristianizou a teoria platônica, aderindo à sua visão dualista. Embora ele defendesse que a razão estava subordinada à fé, a fé era o elemento superior, afirmando que era necessário crer para entender. “É claro que Agostinho não despreza a verdadeira filosofia que tem como seu centro o Deus criador e doador de todo conhecimento, seja ele divino ou humano, espiritual ou material, religioso ou científico. ‘Reconhecer a estrela polar’ nos sermões de Ambrósio, eis a grande descoberta de Agostinho, queria encontrar a verdade, sua busca da verdade é constante e pôde encontrá-la na pregação da Palavra de Deus” (Barbosa, 2012, p. 08). Agostinho adoeceu, e aos setenta e cinco anos, morreu no momento em que a invasão dos vândalos acontecia na sua cidade episcopal.

A pedagogia da essência ganhou novos contornos na modernidade e na atualidade, superando a visão dualista, mas com princípios semelhantes aos de Platão, visando a educar o homem na cultura mais desenvolvida para atingir seu mais elevado estado, um estado ideal de perfeição, meta que ainda hoje persegue educadores de distintas vertentes, consideradas *tradicionais* ou até mesmo *conteudistas*.

Essas propostas pedagógicas defendem a necessidade de alcançar o conhecimento superior por intermédio da educação, consequentemente é possível destacar que Platão foi um grande influenciador na educação em geral. Isso não significa que suas ideias foram simplesmente transpostas, pois ele vivia em uma sociedade escravista, o que lhe levou a traçar uma educação restrita e para poucos. O que prevaleceu na história foram seus princípios mais amplos, de uma formação humana integral, de caráter ético-político.

Ressalta-se, ao término deste estudo, a oposição entre o ideal de educação que ele propunha e o que as políticas educacionais visam na sociedade capitalista atual. Em concordância com Reale (1999), concebe-se que Platão fornece um contraponto a todos os métodos tecnicistas e pragmáticos que estão em vigor, cuja preocupação é apenas com a formação prática da vida cotidiana. Atenta-se apenas em preparar o sujeito para o mercado de trabalho, voltando-se para o imediato e para o mais acessível, cuja ênfase é o formar visando ao desempenho da economia. Em consonância com Reale (1999, p. 79), hoje preconiza-se como “[...] verdadeiro aquilo que faz ou que se pode fazer, isto é, são ‘verdadeiras’ a práxis e a técnica, e todos os valores são absorvidos no fazer e no produzir”.

A educação vigente opõe-se à proposta educativa platônica, que propunha a busca de amplos conhecimentos e do valor moral humano, coadunando com a formação grega em geral, respaldada em uma formação ética, na qual se constituía e se educava por valores, dando ênfase à formação integral do sujeito e no seu ser. “Certamente este é o aspecto do modo de pensar do grego que mais se contrapõe ao praxismo do homem de hoje [...]” (Reale, 1999, p. 90). Atualmente, a formação dos valores humanos é secundarizada, não visando à formação do ser, mas priorizando o individualismo, o ter, os valores atribuídos ao fazer e ao produzir, sem ter em vista um projeto social mais justo. Sendo assim, permanece a importância de sua contribuição educativa, embora ela estivesse, então, nos limites de uma proposta idealista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Platão foi um filósofo grego da antiguidade que viveu nos séculos V e IV a.C., e é considerado um dos principais pensadores na história da filosofia, o que lhe tornou um clássico do pensamento humano. Ele é visto como um dos principais pensadores da época, pois inspirou intensamente a filosofia ocidental.

Sua proposta filosófica e pedagógica visava a superar o pensamento e teorias dos filósofos anteriores, opondo-se aos sofistas e à educação restrita à oratória e retórica que promoviam. A sociedade era marcada por corrupções nas assembleias, mesmo sob a égide da democracia. Os direitos eram vetados àqueles que não eram cidadãos, os escravos não possuíam qualquer tipo de autonomia política, e naquela estrutura social, a posse de terras era exclusividade dos cidadãos atenienses.

A filosofia platônica apresenta uma concepção dualista de homem e mundo, concebendo haver o mundo das aparências, o mundo visível, também o mundo inteligível, denominado *mundo das ideias*. Isso incidiu em sua perspectiva epistemológica, levando-lhe a diferenciar os tipos de conhecimento existentes, a *doxa* e a *episteme*. A *doxa* era baseada em opiniões, no senso comum, consistindo em um conhecimento variável e imperfeito, isento da busca pela verdade. De cunho totalmente distinto seria a *episteme*, de caráter científico, sendo mais perfeita e completa, levando ao conhecimento filosófico, que se difere daquele baseado em experiências do cotidiano.

Platão defendia que a educação tinha o caráter de conduzir o homem à sua verdadeira essência para guiá-lo à descoberta da sua pátria verdadeira e real. Seu objetivo era garantir uma instrução racional que direcionasse o homem à verdade, ao bem e à constituição de uma sociedade justa, nos padrões de sua época. A formação pretendida pelo filósofo atingiria a maior proximidade possível em relação à verdade, afastando-se do cotidiano prático, que aprisionava os homens em interesses vulgares e inferiores, o que se obtinha com o recurso da dialética. O caráter ético e político de sua proposta é evidenciado, pois suas concepções educacionais só adquirem sentido se vinculadas a seu maior intento, que era promover uma sociedade mais justa.

Sua filosofia inspirou as propostas pedagógicas da essência, como a agostiniana, deixando marcas nas pedagogias tradicionais da atualidade, ao defender a necessidade de afastamento da corrupção que predomina na vida prática pela via do desenvolvimento intelectual e cultural. Em oposição ao senso comum de alguns educadores acerca das *pedagogias tradicionais*, o pensamento platônico defendia um ensino estimulante, com práticas lúdicas em determinadas idades, a fim de assegurar seus objetivos. Vale lembrar que a formação mais ampla era restrita a poucos, já que cada um ocuparia seu lugar na sociedade escravista da época.

Concebemos que seu projeto educativo, apesar de estar situado no campo idealista, permite problematizar a educação contemporânea, pragmática, utilitarista e individualista, que relega a segundo plano o acesso aos conteúdos historicamente elaborados e a valores éticos e coletivos para o bem comum. Sua filosofia expressa o dilema que ainda hoje nos persegue, típico de uma sociedade dividida em classes: educar para o bem comum quando o que predomina é a luta de todos contra todos pela sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P. **Para compreender a ciência: Uma perspectiva histórica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2003.
- ARAÚJO, T. J. M. DE; BASTOS FILHO, J. B. A teoria platônica da reminiscência poderia dirimir o conflito entre construtivismo e inatismo? **Cadernos Brasileiros de Ensino de Física**, v. 21, n. 3, p. 350–376, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/6424>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- ARRUDA, J. J. de. **História antiga e medieval**. 18ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. 7. ed. Lisboa, Portugal: Martins Fontes, 1972.
- BARBOSA, U. L. **A conversão de Agostinho de Hipona: seu significado teológico-filosófico**. Monografia (Licenciatura em Filosofia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/4036>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BRITO, E.; CARDOSO, C. Verdade e formação crítica: uma análise dos símbolos da alegoria da caverna. In: PEREIRA, D.; CARNEIRO, M. (Orgs.), **História: Diálogos contemporâneos**. 2ª ed. Ponta Grossa: Atena, 2019, p. 271-278.
- FERREIRA, J. Educação em Esparta e em Atenas: dois métodos e dois paradigmas. In: leão, D.; FERREIRA, J.; FIALHO, M. C. (eds.). **Cidadania e Paideia na Grécia antiga**. 2. ed. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010, p. 13-45.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIDINI, F.; MARTINS, P. L. O. Pedagogia da Essência: contexto, princípios, relações. In: **Anais...** 9º Congresso Nacional de Educação – Educere; 3.º Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Anais [...]. Curitiba: PUC/PR, 2009, p. 1-9. Disponível em: <https://pedagogiaignaciana.com/biblioteca-digital/biblioteca-general?view=file&id=1286:pedagogia-da-essencia-contexto-principios-relacoes&catid=8>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- LUCKESI, C.; PASSOS, E. **Introdução à filosofia: Aprendendo a pensar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1984.
- MARCONDES, D. **Iniciação da história da filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 11. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ORLOVSKI, A.; JABUR, T. Democracia e Filosofia como legados culturais gregos: quando passado e presente se encontram. **Nucleus**, v. 1, n. 1, p. 31-42, 2013. Disponível em: <https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/841>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PAVIANI, J. **Platão e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

REALE, G. **O saber dos tempos antigos, terapia para os tempos atuais**. São Paulo: Loyola, 1999.

RIBOULET, L. **História da pedagogia**. São Paulo: FTDL, 1951.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: A pedagogia da essência e a pedagogia da existência**. São Paulo: Centauro, 2002.

Apêndice–Información sobre el artículo

Historico editorial

Submetido: 25 de Junio de 2025.

Aprobado: 14 de Diciembre de 2025.

Publicado: 05 de Enero de 2026.

Como Citar — APA

Aguiar, F. V. A. de., Favaro, N. de A. L. G., & Semzezem, P. (2026). Contribuições filosóficas e pedagógicas de Platão para a Pedagogia da essência. *PARADIGMA*, XLVII(1), e2026013. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2026013.id1763>.

Como Citar — ABNT

AGUIAR, Flávia Valéria Araújo de; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; SEMZEZEM, Priscila. Contribuições filosóficas e pedagógicas de Platão para a Pedagogia da essência. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLVII, n. 1, e2026013, Ene./Jun., 2026. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2026.e2026013.id1763>.

Conflicto de intereses

Nada que declarar.

Declaración de disponibilidad de datos

Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.

Derechos autorales

Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista **Paradigma** los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista **Paradigma** tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.

Acceso libre

Este artículo es de acceso abierto (**Open Access**) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (**Article Processing Charges - APCs**). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.



Licencia de uso

Este artículo es licenciado con **Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**. Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.



Comprobación de similitud

Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto **iThenticate** de Turnitin, a través del servicio de **Similarity Check** de la Crossref.



Proceso de evaluación

Revisión por pares a doble ciego (**Double blind peer review**).

Editor en Jefe

Fredy E. González

Editores Asociados

Luis Andrés Castillo

Ivonne C. Sánchez S.

Publisher

Este artículo ha sido publicado en la revista **Paradigma** vinculada al Centro de Investigaciones Educativas **Paradigma** (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la **Universidad Pedagógica Experimental Libertador** (Núcleo Maracay). La revista **Paradigma** publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista **Paradigma** obtuvo la calificación **Qualis A1** en la **Evaluación CAPES (2017-2020)**.

